



A INTEGRAÇÃO BRASIL- ARGENTINA: RISCOS, POSSIBILIDADES E CUSTOS

Leopoldo Mármora

"No caso das atuais tentativas de cooperação argentino-brasileira, será este um fenômeno de momento, de motivações políticas apenas internas a que logo irá seguir mais uma decepção? Ou nelas estarão expressas transformações de maior alcance nos contextos nacional e internacional que permitem considerá-las a partir de outra perspectiva?"

(Transcrição de artigo publicado na revista Política e Estratégia — edição Jan/Mar 88).

A história do relacionamento bilateral entre o Brasil e a Argentina caracteriza-se pela rivalidade, quando não por uma hostilidade que remonta à época do domínio luso-espanhol na América. Durante o século XIX e até a segunda dé-

cada do século XX, os objetivos da política exterior dos dois países pouco se diferenciaram basicamente da situação herdada do período colonial.

O objetivo brasileiro era estender seu controle territorial: a Oeste, até o planalto boliviano, e

ao Sul, até a foz do Rio da Prata e à margem do Paraná – ou seja, penetrar em território argentino. De sua parte, a Argentina tratou de expandir sua influência até os antigos limites do Vice-Reino do Rio da Prata que, de 1776 até a revolução da independência em 1810, abrangiam a atual Argentina, Uruguai, a zona central do Chile e ainda a Bolívia e o Paraguai. Os dois países levaram adiante uma política expansionista e, portanto, de confronto, na região. Em consequência, a percepção recíproca era determinada pela geopolítica.

Acrescente-se que – desde a colônia até os dias de hoje – o desenvolvimento sempre foi extremamente assíncrono nos dois países² e, em suas relações extra-regionais, apresentaram sempre diferentes preferências. Por um receio quanto à aceleração da ascensão econômica da Argentina e ao cerco de seus vizinhos de fala espanhola por ela encabeçados, desde o início deste século (mais precisamente, desde o final do século passado e o princípio deste, quando o Barão do Rio Branco era ministro do Exterior), o Brasil se desfez de laços com a Grã-Bretanha, voltando-se para os Estados Unidos,³ enquanto a Argentina (praticamente, até 1958) manteve firmes os antigos laços com a Inglaterra.

Na segunda metade da década de 60, as relações entre

Brasil e Argentina sofreram nova deterioração com o estabelecimento de regimes militares nos dois países, quando os geopolíticos brasileiros obtiveram acesso direto ao poder. Na doutrina de segurança nacional sustentada pelo General Golbery do Couto Silva, se vinculava o objetivo da defesa do hemisfério ocidental no sentido norte-americano a concepção geopolítica de predomínio brasileiro na região.⁴ Desde então consumou-se a ascensão do Brasil à condição de potência média no panorama internacional e o constante declínio da Argentina. Este deslocamento de poderes na região aconteceu em uma atmosfera de crise, carregada de conflitos.

Certamente o momento mais crítico do relacionamento argentino-brasileiro ocorreu na primeira metade dos anos 70. O peronismo voltara ao poder na Argentina, em 1973, o Peru era governado por militares de esquerda e o Chile, pela Unidade Popular. A campanha eleitoral dos peronistas apresentara traços fortemente antibrasileiros. A velha rivalidade entre Argentina e Brasil sobrepunha-se ao conflito entre as esquerdas sul-americanas e o expansionismo brasileiro, por trás do qual escondia-se uma estratégia dos Estados Unidos e empresas multinacionais.⁵ No peronismo, os dois componentes – a geopolítica tradicional da Argentina e o antiimperialismo de

esquerda – uniram-se em mistura explosiva.

A pedra do escândalo foi a construção de uma represa no curso superior do Rio Paraná. Exatamente na zona onde o Paraná serve de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, os brasileiros planejaram (e a poucos quilômetros da fronteira argentina) a construção da represa de Itaipu, uma das maiores do mundo. Esse projeto foi recebido como enorme ameaça na Argentina – não era possível prever-se a continuação da navegabilidade dos rios depois do início do funcionamento da usina hidrelétrica. Isso tinha também uma primordial importância para a Bolívia e o Paraguai, pois essas vias fluviais constituíam para esses países o único acesso ao Oceano Atlântico. Daí o oferecimento do Brasil de colocar alguns portos à disposição, por detrás do quê se ocultava, mais uma vez, o velho objetivo geopolítico de separar a Argentina do Paraguai e da Bolívia.

A distensão política – Tentativa de uma integração comercial neoliberal e agravamento dos desequilíbrios existentes

Com o golpe de Estado na Argentina, em março de 1976, e a tomada do poder pelos militares, essa atmosfera foi modificando-se paulatinamente.⁶ Em consequência, houve um acordo

tripartite com o Paraguai para encerrar o conflito de Itaipu (1979) e ocorreram as visitas recíprocas dos presidentes Figueredo e Videla (1980).⁷ Impõe-se explicar essa mudança na Argentina. Sem dúvida, a política do ministro da Fazenda Martínez de Hoz, que tentou de todas as maneiras granjear a confiança dos círculos econômicos brasileiros, desempenhou nisso um papel decisivo. Esse objetivo foi conseguido através de uma abertura radical das fronteiras, especialmente para os produtos brasileiros, e de tal maneira que no Brasil também (embora de início apenas nos círculos econômicos) gradualmente começou a mudar a imagem da Argentina. Uma supervalorização do peso facilitou as coisas para os exportadores brasileiros. A política de Martínez de Hoz em parte era subvencionar importações do exterior. Embora o consumo e o consenso político das camadas médias com isso tenham parecido estar assegurados por muitos anos, por sua vez essas subvenções tiveram de ser financiadas com créditos do exterior.

Desta maneira, em poucos anos as exportações brasileiras para a Argentina tiveram um grande aumento: de 349 milhões de dólares em 1978, passaram a 1,1 bilhão, em 1980.⁸ O comércio bilateral global entre os dois países quase triplicou em ape-

nas 4 anos e, em 1980, atingiu uma cifra recorde de cerca de 2 bilhões de dólares – diante dos 760 milhões de 1976.

Mas essa foi uma evolução constantemente deficitária para a Argentina. A partir de 1980, em consequência da crise do endividamento dos dois países, houve uma rápida retração comercial, que em 1985 havia retornado ao nível do início dos anos 70. E, assim, a euforia inicial do comércio terminou em um profundo desencanto.

Problemas estruturais básicos encontraram expressão com o modelo argentino ultraliberal de integração e tornaram-se mais agudos os que então obstruíam toda a cooperação econômica entre os dois países (e os que ainda hoje continuam obstruindo essa cooperação). Refiro-me ao desequilíbrio entre os potenciais econômicos dos dois países, cujo desenvolvimento foi notavelmente desigual nos últimos 30 anos. No que diz respeito a seu potencial econômico, durante os anos 30, a Argentina ainda estava muito à frente do Brasil. Até meados da década de 50 houve um equilíbrio e, desde então, o progresso brasileiro parece irrefreável – enquanto nesse mesmo período o desenvolvimento econômico da Argentina se detém e, desde o final da década de 70, experimenta um retrocesso. Em 1985, o potencial econômico da Argentina havia

voltado ao nível de 1970.

Alguns dados esclarecedores: em 1960, a população do Brasil era de 72 milhões e a da Argentina, de 20 milhões; em 1980, a população do Brasil aumentara para 120 milhões e a da Argentina, para 27 milhões – ou seja, uma relação de 3,6 a 1 passara a uma relação de 4,4 a 1. O Produto Interno Bruto brasileiro, em 1960, foi de 55 bilhões de dólares; o da Argentina, de 32 bilhões de dólares; em 1980, o PIB do Brasil chegou a 229 bilhões de dólares e o da Argentina, a 62 bilhões, transformando-se esta relação de 1,7:1 a 3,7:1. Essa divergência de desenvolvimento torna-se especialmente dramática no setor industrial. O valor agregado pelo processamento industrial no Brasil representou, em 1960, 13 bilhões de dólares e, na Argentina, 8 bilhões; em 1980, eram 63 bilhões de dólares no Brasil, diante de 15 bilhões na Argentina, com o que a relação passou de 1,7:1 a 4,1:1.⁹

De especial importância para a estrutura do comércio bilateral está o fato de que, enquanto na década de 50 dois terços das exportações argentinas para o Brasil fossem de produtos industriais e apenas um terço de produtos primários, no caso das exportações do Brasil para a Argentina, a relação era exatamente inversa. Hoje, a situação é o oposto: em 1985, 66,47% do total

das exportações para o Brasil eram de produtos primários. Apenas oito produtos naturais (trigo, azeite de soja, azeitonas, azeite de oliva, maçãs, pêras, couros e sebo vacuum) representavam 51,64% do mesmo. A participação da indústria manufatureira alcançou apenas 33,43%. Ao contrário, no mesmo ano, caldeiras de aço, máquinas-fermentadoras, automóveis, tratores e outros produtos da indústria química e siderúrgica representaram 70,42% das exportações brasileiras para a Argentina.¹⁰

A política de especialização unilateral das exportações agropecuárias tradicionais e, no restante, de apenas alguns poucos produtos manufaturados (e estas, por sua vez, principalmente da indústria agropecuária), praticada pelo governo Videla/Martínez de Hoz, consolidou e aguçou ainda mais esse desequilíbrio. Exatamente este demonstrou ser o maior obstáculo para uma ampliação posterior das relações comerciais bilaterais. O comércio de bens industriais promove a dinâmica diversificadora e, conseqüentemente, expansiva, mas impõe limites relativamente apertados à tentativa de incrementar exportações agrícolas.

A isso acrescentou-se que a abertura do mercado argentino não foi recompensada por parte do Brasil com nenhum tipo de medidas econômico-políticas equivalentes — ao contrário, o

Brasil passou a praticar uma política muito agressiva de subvenção de exportações, com uma política de importações altamente restritiva.¹¹ Na mesma medida em que o comércio entre as duas nações aumentou, do lado argentino o equilíbrio tomou um curso cada vez mais deficitário.

Finalmente, em 1982, a franca irrupção da crise da dívida e a Guerra das Malvinas puseram um ponto final à esse modelo de integração. Um mês depois do início da guerra, a dívida argentina com os exportadores brasileiros subia a cerca de 2 bilhões de dólares.¹² Todos os países da região, mas em especial a Argentina por causa da guerra, tiveram de limitar drasticamente suas importações. O comércio intra-regional deteve-se. As vendas brasileiras para a Argentina diminuíram cerca de 25%. Enquanto em 1981 a América Latina (ALADI) ainda recebia 18,07% das exportações brasileiras, esta participação retraiu-se para 9,4% em 1983 e continuou descendo até os 8,69% em 1985.¹³

Ao mesmo tempo, a estratégia de comércio exterior reorientou-se em direção aos Estados Unidos. Favorecido por sua política de câmbio e altos juros, o Brasil pôde fazer frente às perdas na região através de um aumento das vendas para o mercado norte-americano. Desta maneira, a participação das expor-

tações para os Estados Unidos no total das exportações brasileiras aumentou de 17,65%, em 1981, para 28,55%, em 1985. Em 1981, o Brasil ainda exportou mercadorias para a América Latina no valor de 4,29 bilhões de dólares e, em 1985, apenas 2,23 bilhões. Inversamente, entre 1981 e 1984, as vendas para os Estados Unidos duplicaram, passando de 4,11 bilhões de dólares a 7,71 bilhões.¹⁴

*Redemocratização e
integração: 1985-1986.*

As relações político-diplomáticas entre Argentina e Brasil, logo revigoradas pela redemocratização instaurada nos dois países, iam distendendo-se de forma crescente, enquanto se deterioravam as relações no âmbito comercial. Quando o novo governo democrático argentino assumiu suas funções, no final de 1983, as relações comerciais bilaterais haviam atingido seu ponto mais baixo (1,012 bilhão de dólares, com um déficit de 296 milhões para a Argentina).¹⁵

Entretanto, o governo argentino mostrava-se muito otimista, no que diz respeito às possibilidades de uma cooperação recíproca e, em especial, à elaboração de uma linha conjunta de negociações com o mundo financeiro internacional. Nesse sentido, o Brasil desenvolveu uma estratégia diferente. Com

base nos excedentes resultantes de sua agressiva política exportadora e de sua política de restrição às importações, o Brasil tentou cumprir pontualmente os pagamentos, sem entrar em negociações diretas com o FMI nem com suas imposições. A diferente estratégia dos dois governos na questão da dívida externa e ainda os julgamentos das antigas Juntas Militares na Argentina dificultaram o trabalho em conjunto. Entretanto, a maior dificuldade estava na estrutura e nos pontos de estrangulamento das próprias relações comerciais. Ainda que a transição para a democracia no Brasil tenha facilitado uma aproximação a nível político, estava muito longe de favorecê-lo a nível comercial. A morte do presidente eleito Tancredo Neves iniciou uma fase de demoras nas decisões da política exterior.¹⁶ A partir de dezembro de 1984, o conflito sofreu uma escalada e as negociações sobre questões comerciais no marco da ALADI fracasaram. Aos poucos, medidas restritivas de um lado (pêssegos, maçãs, peixe e alho, da Argentina) foram seguindo-se às do outro (bananas e café, do Brasil). Assim que chegou a data da renegociação do Acordo de Alcance Parcial nº 1, a delegação argentina ameaçou retirar da lista de preferências uma série de produtos industriais¹⁷ e, no Brasil, foi tomada a decisão política

de modificar-se substancialmente a estratégia de comércio exterior com a Argentina levada a cabo até então. Na mesma medida em que se colocaram freios nas exportações para os Estados Unidos, ganhou importância também para o Brasil, em 1985 — e em conjunto com uma série de fatores, como a redemocratização em ambos os países — a questão da integração com a Argentina.

Em maio de 1985 o governo Sarney deu o primeiro passo para o encerramento dessa guerra comercial, praticamente já declarada.¹⁸ O ponto central da política comercial brasileira já não era mais a obtenção de saldos favoráveis com o aumento das exportações e a limitação das importações, mas o incremento do volume do comércio bilateral. A tentativa do Brasil de obter excedentes e a da Argentina de reduzir seu déficit haviam levado à retração do volume total do intercâmbio. A nova concepção para a inversão desse desenvolvimento agora sustentava que o nivelamento dos desequilíbrios comerciais deveria ser buscado no nível imediato superior. Esta volta de 360 graus foi iniciada com a decisão do governo brasileiro de não prosseguir comprando mais trigo dos Estados Unidos (como maneira de nivelar os excedentes ali obtidos), mas da Argentina. Ficava livre o caminho para continuar as

atuais tentativas de cooperação.

Em novembro de 1985, os presidentes Alfonsín e Sarney puseram-se de acordo sobre um amplo espectro de assuntos e âmbitos para futuro trabalho em conjunto. Mas em muitos setores sociais, especialmente no da indústria na Argentina, esse desenvolvimento foi visto com desconfiança. Havia uma defesa contra uma possível especialização unilateral conforme o modelo "matérias-primas argentinas" (além de trigo, gás e petróleo) em troca de "produtos industriais brasileiros". Os industriais argentinos temiam a reanimação dos fantasmas da política de abertura e desindustrialização de Martínez de Hoz. Essa problemática foi o núcleo das conversações posteriores mantidas pelos dois governos, que se prolongaram até junho de 1986. No dia 29 de julho, foi assinada uma série de protocolos em que estavam consignados os resultados. Em outra conferência de cúpula, nos dias 9 e 10 de dezembro de 1986, foram aprovados cinco outros protocolos e dez documentos complementares. Com isso fixava-se o marco contratual para a integração:

- Até o final deste século, haverá uma tendência à plena integração da América Latina. Em primeiro lugar o Uruguai deverá ser incorporado, e logo a Bolívia; as negociações com

1987, inclui cerca de 600 produtos (não muitos, mas acima dos originalmente estipulados em julho de 1986), que nos dois países deverão ser considerados como de origem nacional.

- Os excedentes deverão ser nivelados periodicamente, a cada quatro meses, mediante exportações, mas, sempre que possível, não através de divisas e sim pela recíproca outorga de créditos dos bancos centrais em divisas próprias, ou por um comércio de compensação.

- A novidade quanto a isto, diferentemente das tentativas anteriores de integração na década de 60, é que hoje a liberalização comercial se vincula à pesquisa (Protocolos 9 e 17), à inversão e à produção (Protocolos 5 e 7), no setor da indústria de bens de capital.

- A compra de trigo argentino por parte do Brasil está fixada em cinco anos, garantindo-se desta maneira a nivelação global do intercâmbio mercantil (Protocolo 2).

- Além disso, satisfaz-se o interesse argentino em um crescimento equilibrado do intercâmbio no setor industrial. Está previsto um pacote de medidas para corrigir possíveis desequilíbrios (Protocolos 1/ parágrafos 8, 9 e 10; 6/2 e 3; 7/2). Caso, no âmbito especificado no Protocolo 1, o comércio evolua de modo desequilibrado, automaticamente entra em ação o

mecanismo pelo qual o país que obtém excedentes realiza pagamentos em um fundo comum de inversão, com o qual se financiam inversões no setor que seria deficitário para o outro país. Pretende-se assim corrigir os desequilíbrios a médio prazo, por expansão, e não por uma restrição do volume comercial bilateral. Este é o espírito do contrato, visto a médio e longo prazo.¹⁹

- De importância imediata é a aprovação de um novo Acordo de Alcance Parcial nº 1, também em vigor desde o dia 1º de janeiro. Nele ampliam-se bastante as listas (ALADI) de produtos dos dois países para os quais são reduzidos os custos alfandegários; por sua vez, reduzem-se as listas dos produtos declarados sensíveis, que devem ser protegidos. Além disso, o Brasil renuncia de imediato e em relação a todos os produtos do Acordo Parcial nº 1 ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), uma arrecadação de 12,5% sobre as compras de divisas efetuadas no Banco Central, que afeta principalmente aos importadores brasileiros.

- Por outro lado, o contrato contém a regulamentação das muito complicadas questões de transporte, um plano para situações de emergência no abastecimento de alimentos, a criação de empresas binacionais, cooperação na indústria ae-

ronáutica, no abastecimento de energia e na indústria nuclear. Já foi criado um banco argentino-brasileiro-mexicano (Latinequip), que tratará de possibilitar as inversões no âmbito da indústria de bens de capital e, principalmente, irá ajudar o desenvolvimento de novas tecnologias — especialmente a informática e a biotecnologia. Serão também criados um instituto binacional para pesquisa biotecnológica e outro para o estudo de problemas econômicos bilaterais. O financiamento destes está assegurado nos mesmos protocolos.

Gostaria agora de empreender a tentativa de um balanço geral e uma avaliação mais sistemática de toda a questão. No caso das atuais tentativas de cooperação argentino-brasileiras, será este um fenômeno de momento, de motivações políticas apenas internas a que logo irá seguir mais uma decepção? Ou nelas estarão expressas transformações de maior alcance no contexto nacional e internacional que permitem considerá-las a partir de outra perspectiva?

Como observa, com acerto, um jornalista inglês, a uma primeira instância impõe-se uma sensação de *déjà vu*. Já não passamos por tudo isto na década de 60? Por esta razão irei ocupar-me em poucas palavras do contexto condicionante daquela tentativa de integração e de seu fracasso, para depois

vinculá-la à pergunta de quais são as antigas e as novas condições negativas que limitam as possibilidades de êxito das atuais tentativas de cooperação. Por último, desejo explicitar os fatores que podem atuar positivamente nesse novo trabalho conjunto argentino-brasileiro, sem deixar de atentar para seus possíveis custos e riscos.

As dificuldades estruturais da integração latino-americana

O ponto de partida do pensamento integracionista na América Latina, entre meados e final da década de 50, foi a crise do modelo de industrialização através da substituição de importações. As características dessa crise foram as seguintes:

- estrangulamentos na economia exterior pela deterioração dos termos de comércio e o deslocamento da dependência das importações para bens de capital de alta tecnologia, matérias-primas industriais e energia;
- estreiteza do mercado interno para novas inversões de capital;
- escassez de capital.

Surgiu então na CEPAL a idéia da integração, para mobilizar recursos próprios e ampliar mercados internos através de alianças regionais. Contudo, no período seguinte aconteceu algo que não havia sido previsto no

diagnóstico da CEPAL: o crescimento econômico se produzia sem a integração. Fortaleceram-se as inversões estrangeiras diretas, com o quê foram superados os estrangulamentos financeiros e ampliados os mercados nacionais com novos produtos (bens de consumo duráveis) e novas necessidades.

Mas a crise mais grave seguinte ocorreu em 1973-1974. Por iniciativa do México e da Venezuela, a reação foi a fundação do SELA (Sistema Econômico Latino-americano). Pensava-se então que os dois países, com ajuda dos petrodólares, poderiam financiar o desenvolvimento e integração da América Latina. Entretanto, ocorreu um outro imprevisto, que concedia novo prazo ao modelo anterior, orientado para o mercado nacional: desta vez, eram os créditos externos baratos, provenientes das novas zonas bancárias livres.²⁰

O endividamento provocou nova demanda. O Estado apresentou-se como portador de grandes projetos infra-estruturais internacionais e colaborava na superação da estreiteza do mercado interno, sem que houvesse necessidade de empreender mudanças estruturais muito profundas. Ao mesmo tempo, para alguns países se abriram novas possibilidades de estender a outras regiões suas relações exteriores, política ou econômica-

mente, diversificando assim a dependência unilateral dos Estados Unidos, e sem estarem sujeitos à integração regional latino-americana. Encontraram-se novos sócios, mercados e fornecedores em países socialistas, árabes, europeus ocidentais e do Leste asiático. Mais uma vez a crise do modelo de industrialização tradicional se havia esquivado e mais uma vez se adiara a integração latino-americana.

Como no passado, hoje ainda vale a regra que diz que, quanto mais difíceis de realizar forem o trabalho conjunto e a integração, mais necessários serão. As fações estruturais das atuais dificuldades de integração baseiam-se nesse mesmo modelo de desenvolvimento e por ele também continuaram essencialmente as mesmas. Em primeiro lugar, a dependência das indústrias latino-americanas de sua posição monopolista, garantida pelo Estado, diante do mercado interno: exporta-se apenas os excedentes. Em segundo lugar, a não complementaridade de cada uma das economias nacionais individuais — ou seja, a competição recíproca em relação aos mesmos produtos e pela mesma fina camada de consumidores da classe média.

Além dos mencionados, há muitos outros fatores de natureza bilateral que impedem uma integração. A indústria brasileira é a mais eficiente, a mais capita-

lizada, a que detém o maior mercado interno, com a infra-estrutura mais ampla e a mais densa rede industrial. Mas, atipicamente, é também a que paga os salários mais baixos²¹ e que tem os menores *inputs* e custos de energia, de transportes e financeiros. Nos dois países, esta situação em parte é reforçada pela política oficial impositiva e mutável e em parte é causada por ela. Contudo, o pessoal de cada Ministério de Economia conhece muito bem o do outro e compartilha da mesma filosofia econômico-política. Isto faz com que hoje pareça mais viável do que nunca uma harmonização da política econômica nos dois países.²²

Entretanto, uma hipótese para o bom desenvolvimento da cooperação não é apenas o funcionamento dos mecanismos de equilíbrio bilaterais estipulados, mas também os mecanismos resultantes do quadro global da política econômica em cada um dos dois países. Estes são (a médio e longo prazo) especialmente desfavoráveis à indústria argentina. Por isso o governo prometeu uma subvenção compensadora de até 15 milhões de dólares. Como se irá financiar isso ainda está por se resolver. Terminam aqui os fatores negativos que poderiam impedir uma integração.

As possibilidades da atual política de cooperação

Apesar do modelo de desenvolvimento ficar praticamente invariável desde a década de 60, ocorreram transformações de tipo estrutural e político que aumentam de maneira considerável as possibilidades de êxito da atual tentativa de cooperação. Do lado argentino, pelo menos a partir do último governo peronista, tomou-se consciência da crise do modelo de industrialização por substituição de importações para o mercado interno. A isto, acrescentam-se as crises do autoritarismo militar e a da política neoliberal de abertura de Martínez de Hoz. Com a crise dos militares e do modelo populista de industrialização, também deslocaram-se do campo político os hábitos de pensamento geopolítico e as recíprocas hipóteses de guerra — outrora um fio condutor das relações Brasil-Argentina.

Na Argentina, pelo menos desde a Guerra das Malvinas e não apenas em círculos militares (cuja preocupação fundamental são a Inglaterra e o Chile), consideram-se hoje como primordiais o controle das ilhas do Atlântico Sul, da mal povoada Patagônia, da plataforma continental e de suas riquezas naturais. As preocupações geopolíticas passaram do Noroeste para "o Sul e o mar" — como disse Al-

fonsín, ao anunciar a mudança da capital para Viedma.

O Brasil, de maneira simetricamente inversa, considera sua fronteira meridional consolidada. Colonizada do ponto de vista estrutural, demográfico, infra-estrutural, cultural e econômico, ligada às principais regiões do país, a região meridional limítrofe com a Argentina, o Paraguai e a Bolívia já não representa mais um fator de insegurança. Também deslocaram-se os focos da preocupação na perspectiva brasileira: os conflitos limítrofes com a Venezuela, a atividade guerrilheira, o tráfico de drogas a partir da Colômbia e os previsíveis distúrbios políticos interno das Guianas, ligados aos problemas sociais do Nordeste e dos centros de alta concentração demográfica, levaram os geopolíticos brasileiros a desviar sua atenção da Argentina.

A partir de 1974, o Brasil desligou-se da política de aproximação dos Estados Unidos e agora pratica uma política de crescente abertura voltada para a África Negra, o Oriente Próximo e a América Latina. Desde então, aumentaram os atritos com os Estados Unidos. Em lugar de desempenhar o papel de uma potência subimperialista, como esperavam os estrategistas da Casa Branca na década de 60, voltando a restringir os espaços de negociação dos demais países da região (espaços

estes surgidos graças ao retrocesso mundial da capacidade hegemônica dos Estados Unidos), que ajuda a conter a relativa perda de influência dos EUA, o desenvolvimento econômico do Brasil – como antes o desenvolvimento político de Cuba e, mais tarde, o da Nicarágua – transformou inteiramente a situação e abriu novos espaços de ação para toda a região.

Em consequência, o número de atores interno e externo aumentou e, com isso, as possibilidades conjunturais e de negociação para a América Latina. O lema do "subimperialismo" brasileiro perdeu sua atualidade.²³

Após a breve interrupção de 1983 a 1985, a tentativa norte-americana de reagir ao enorme déficit de sua balança comercial com um reforçado protecionismo e a queda do dólar, acentua-se hoje a tendência conflitante nas relações entre os dois países. Os Estados Unidos ameaçam o Brasil de não considerá-lo mais como país em vias de desenvolvimento – fugindo a acordos anteriores do GATT – para poder introduzir restrições às importações desse país. Ao mesmo tempo, exigem que o Brasil retire a reserva de mercado na área de informática. Por sua vez, o Brasil tenta, dentro do quadro dos novos tratados do GATT, ganhar a Argentina como aliado nessa disputa político-comercial.²⁴

Desde o início da década de

80, em consequência da queda dos custos salariais nos países da OCDE (resultado do crescente desemprego e da introdução de novas tecnologias), tornam-se muito relativas as vantagens para países com salários baixos. Acrescente-se a isto o novo protecionismo nos países industrializados. Em todos os mercados internacionais aumentam o protecionismo e a competição; em relação a décadas passadas e outros indicadores econômicos, a tendência atual do comércio mundial é de franco retrocesso. Em caso de um desajuste total ou parcial, desejado ou imposto, do mercado das nações industriais, sem dúvida os mercados regionais irão recuperar sua importância por um grande período.

Por outro lado, o fluxo de capital líquido a partir da região deixa entrever que durante um período também prolongado não haverá nenhuma possibilidade de desenvolvimento financiado do exterior. Em consequência do endividamento, hoje os Estados latino-americanos devem limitar bastante seu investimento produtivo, por isso não podendo, como nas décadas anteriores, assumir a carga da função cumprida até agora – ou seja, opor-se à retração do mercado interno mediante a demanda pública. A necessidade de poupar divisas para pagar as dívidas faz com que o intercâmbio compensado e os acordos comerciais comple-

mentares sejam mais necessários do que nunca. Segundo dados do Banco Central do Brasil, este país transferiu para o exterior, entre 1970 e 1986, 153 bilhões de dólares, em pagamentos da dívida externa.

Isto representa 45,9 bilhões a mais que o total recebido no mesmo período, a título de empréstimos. Se não mudarem as condições atuais, segundo os cálculos do Banco, em cinco anos o Brasil terá pago 50 bilhões adicionais – com o que terá transferido para o exterior o dobro do recebido, e ainda assim continuará devendo a importância inicial.²⁵ Este desenvolvimento é visto com preocupação na Argentina e no Brasil (os juros da dívida em 1986 representaram cerca de 5 e 9 bilhões de dólares, respectivamente) e aumenta a convicção de que, precisamente diante do intenso desafio tecnológico, devem encontrar-se novos meios não convencionais para solucionar esse problema. Com a moratória parcial da dívida, declarada pelo Brasil no início de 1987, a reforçada cooperação política e econômica com a Argentina também é uma expressão dessa busca esforçada.

Importância da Argentina a partir da perspectiva do Ministério de Relações Exteriores brasileiro

Apesar da argumentação

aqui esboçada, os desequilíbrios potenciais econômicos dos dois países são motivo de um ceticismo muito disseminado a respeito das futuras possibilidades da cooperação argentino-brasileira. Por isso gostaria de levar em consideração, brevemente, um argumento importante de muitos críticos que acreditam que o mercado brasileiro é mais importante para a Argentina do que o mercado argentino para o Brasil; que por isso o Brasil não necessita da Argentina e que, apesar de todas as dificuldades para o Brasil, o mercado norte-americano continuará conservando sua prioridade absoluta. Prescindindo-se o fato de que este último caso não é negado por nenhum dos que propiciam a cooperação argentino-brasileira, este ceticismo fica relativizado por dois outros fatos que, a meu ver, são destacados especialmente pelos diplomatas brasileiros:

1. O significado da Argentina não se pode medir apenas por sua participação no comércio exterior do Brasil. Exatamente porque é neste país que tradicionalmente se concentraram a sensibilidade e a resistência contra o "expansionismo brasileiro", a Argentina é, além do mais, a chave política para uma cooperação mais intensa com o resto da América Espanhola.
2. Se decomposermos a es-

trutura de exportação brasileira segundo o tipo de bens, pelo menos em determinados produtos a América Latina e, especialmente, a Argentina equiparam-se aos Estados Unidos — em bens de capital com alta participação tecnológica.

Quanto maior desenvolvimento tecnológico pressuponha um produto, maior será a importância relativa do mercado argentino para o mesmo. Se, por exemplo, tomamos os produtos de exportação brasileiros da nomenclatura 84.01 até a 84.65, para o ano de 1986, entre os países receptores; os Estados Unidos, em números absolutos e com 350 milhões de dólares, estão evidentemente muito acima da Argentina, com 64 milhões de dólares. Mas, se analisarmos as 65 rubricas em separado, apenas os motores a explosão da filial da Ford brasileira representam quase a metade da cifra total para os Estados Unidos, enquanto as exportações para a Argentina estão repartidas de maneira mais diversificada e igual. Em quase metade destas 65 rubricas, a Argentina ocupa o primeiro e segundo lugar entre os países receptores.²⁶

No Itamarati, a cooperação com a Argentina é considerada sobre o pano de fundo do pretendo desenvolvimento de uma indústria própria de bens de capital, sempre que possível com

alta participação de novas tecnologias. Levando-se em conta exatamente os caros investimentos necessários, que pressupõem um mercado interno mais vasto que o já imenso mercado brasileiro, é que a Argentina aparece como o sócio mais adequado.

Riscos e custos da cooperação argentino-brasileira.

O modelo de cooperação escolhido tem alguns aspectos que prejudicam suas possibilidades de sucesso, permitindo certas dúvidas essenciais sobre o sentido dessa integração. De qualquer maneira, os custos serão muito altos para a Argentina. Seria preciso um debate nacional para solucionar a questão de como repartir esses custos. Se levar-se em conta o ajuste salarial, a introdução de novas tecnologias, as racionalizações etc., os sindicatos serão os afetados diretamente; em compensação, se se consideram as empresas que fecham ou as linhas de produção que devam parar, os afetados são os empresários. Mas não há nenhum debate em vista. Nenhum dos três atores — sindicatos, empresários e governo — se mostram dispostos a acordos globais e a longo prazo, a nível nacional.²⁷

Uma característica dessa falta de disposição do governo foi o hermetismo em que se conduzi-

ram as negociações com o Brasil. Os membros do Conselho de Empresários (os sindicatos não foram convidados) que delas participaram com poder de decisão haviam sido selecionados pessoalmente por Alfonsín entre os chamados "capitães de indústria" dos 40 maiores grupos industriais do país, estreitamente vinculados ao grande capital internacional. Outros empresários puderam participar apenas como observadores, mediante pagamento de uma taxa.

A grande vulnerabilidade, o calcanhar-de-aquiles da atual política de integração, tem suas raízes na política interna — esta falta de consenso e de participação social. A extrema vulnerabilidade do Plano Austral e o fracasso do Plano Cruzado poderiam arruinar rapidamente essa integração.

Se a política de estabilização dos dois governos se visse diretamente afetada por dificuldades na política interna — o que é até muito provável, tendo em vista a decomposição da base social que as suporta —, o desenvolvimento econômico dos dois países se verá submetido a oscilações tão violentas e a desequilíbrios recíprocos tão pronunciados, que quaisquer medidas de correção chegariam tarde demais. O acordo extremamente delicado entre a política cambial impositiva, de subvenções, créditos e preços, necessário para

um desenvolvimento positivo da integração, logo estaria ameaçado.

A escassa discussão pública também diz respeito ao futuro papel dos militares e ao manejo da tecnologia nuclear e — não em última instância — da tecnologia do plutônio.²⁸ Sobre o trabalho conjunto específico no plano militar-estratégico pouco se sabe, na medida em que o Protocolo 18, que se deveria ocupar dessas questões, não pôde ser assinado dentro do prazo fixado para dezembro. A maior dificuldade parece haver-se radicado na proposta dos militares argentinos de coordenar os dois sistemas de informação. Com isso esperavam eles obter um acesso aos melhores sistemas de informação das Forças Armadas brasileiras. Em todo caso, os militares brasileiros se opuseram a isso.²⁹

De qualquer maneira e com base nos outros acordos, pode-se calcular o valor potencial da cooperação bilateral no âmbito da produção e exportação de armamentos. Pelo menos um projeto em comum, o avião *Paraná*, está relativamente bastante adiantado. Mas é a construção de um reator nuclear de reprodução rápida (*fast breeder*) prevista o que melhor coloca em evidência e unifica todas as preocupações críticas que se possam levantar contra os aspectos militares da integração e

contra o (jamais questionado) manejo da tecnologia nuclear.

Do lado argentino, as negociações sobre as questões da energia nuclear são levadas a cabo de maneira centralizada pelo governo. Com relação ao desenvolvimento do programa de energia atômica, conta-se no país com o amplo consenso de todos os partidos políticos, do governo, da opinião pública, da cúpula militar e da comunidade científica. Este é o único círculo entre as novas tecnologias em que a Argentina tem realizado progressos, em que pode apresentar um desenvolvimento contínuo e em que pode exibir progressos à frente de outros países latino-americanos — incluindo o Brasil.³⁰ A Argentina aprendeu a tirar proveito do apoio político do governo da Alemanha Federal contra os protestos dos Estados Unidos³¹ e da cooperação no plano técnico e financeiro da empresa alemã ocidental KWU. Fora desse amplo consenso mencionado permanece a maior parte da indústria nacional argentina. Além do mais, também de parte dos Ministérios de Energia e de Economia existe uma oposição indireta, embora não frontal, ao plano nuclear — principalmente pela ausência de possibilidades de financiamento.

Muito diferente é a situação no Brasil. Aqui, a Associação dos Físicos opõe-se de modo

muito crítico ao programa de energia atômica e ao negócio que em 1975 foi realizado com a Alemanha Federal. Além disso, existe um grande movimento antiatômico e um forte consenso entre a comunidade científica, a indústria privada e as autoridades civis para o fomento da informática entre as novas tecnologias. Nesse ponto, ao contrário da Argentina, fizeram-se consideráveis progressos.

Por essas razões os militares, junto ao plano oficial de energia nuclear e com plena exclusão da opinião pública, desenvolveram um programa paralelo secreto, sob seu exclusivo controle. Sobre esse pano de fundo e por receio de pressões internacionais em um momento em que todo o mundo da indústria atômica se encontra em crise, o governo argentino propôs um protocolo complementar com a assinatura de um acordo para o exercício de controle e salvaguardas mútuas. No Brasil essa proposta contou com a aprovação do presidente, do ministro do Exterior, da Comissão Nacional de Energia Nuclear e também da comunidade científica, especialmente dos físicos. Entretanto, o projeto dos controles recíprocos fracassou pela resistência dos militares brasileiros, que têm forte poder no governo.³²

As negociações continuam. Seu resultado é incerto, mas ne-

las se revela um aspecto da realidade, importante e difícil de ocultar: embora hoje o pensamento de um confronto geopolítico nos dois países esteja em um papel secundário, para as Forças Armadas brasileiras a Argentina continua sendo o único inimigo imaginável no hipotético caso de uma guerra.³³ E, como um Exército sem hipóteses bélicas mal poderia existir, a possibilidade de que as tentativas de cooperação fracassem a médio ou longo prazo e que se realize apenas uma escalada armamentista convencional, incluindo a atômica, constitui um risco que, embora não provável, também não é impossível.

Ainda não se podem calcular os custos políticos, sociais e ecológicos a longo prazo da integração procurada. Com alguma probabilidade pode-se prever algumas repercussões sociais. Os custos salariais no Brasil representam aproximadamente 10% do total dos custos de produção — na Argentina, 20%. O nível salarial desigual aumentará sem dúvida a pressão sobre os sindicatos de parte do governo e dos empresários na Argentina. Ainda mais que, historicamente e a longo prazo, os sindicatos estão na defensiva.

A situação no Brasil é outra: aqui o nível salarial é muito mais baixo e a tendência (pelo menos para os sindicatos do setor industrial) é bem mais positiva. O

propósito do governo brasileiro é elevar os salários reais sem que, por sua vez, aumentem os custos salariais. Há um interesse em reduzir os custos de reprodução da mão-de-obra, de baratear e estabilizar o abastecimento de alimentos para a população, de conter o poder dos setores agrários, de revidar seus ataques contra os controles de preços (como no caso do Plano Cruzado), mas permanecendo muito claramente por baixo do umbral de uma profunda reforma agrária.³⁴ Com essa intenção, estão previstas as importações de alimentos da Argentina.

Na Argentina a integração estará então associada a elevados custos sociais e políticos. Mas o governo está em condições de pagar o preço político, na medida em que a oposição se mantenha (como até agora) ocupada consigo mesma e que o peronismo não supere sua crise. A oposição não conta com nenhuma alternativa viável. E, finalmente, a variante de uma abertura controlada para produtos e capitais brasileiros entre as possíveis alternativas de uma abertura econômica para o exterior oferece a melhor possibilidade de manter sob controle os custos e de negociar mais contraprestações equivalentes.

Conclusão e perspectivas

Para que as previsões se

movimentem dentro de um quadro até certo ponto aceitável, gostaria agora de fazer a diferenciação entre o curto prazo (1986-1987) e as perspectivas a médio (1987-89) e a longo prazo (1989-...). O ano de 1986 foi, a *curto prazo*, o momento mais propício para o ajuste contratual da futura cooperação argentino-brasileira.

No Brasil, a implantação do programa econômico conhecido como Plano Cruzado criou, nessa fase crítica, as condições para que se pudessem dispersar rapidamente os temores iniciais e as possíveis resistências do setor privado – tanto no lado argentino, como no brasileiro. A demanda, e não apenas no âmbito do consumo final, mas em bens de capital e primários para consumo industrial, aumentou em poucos meses em tal proporção que superou as próprias capacidades produtivas e surgiu uma demanda maior de importações.

Para os industriais argentinos também se apresentaram boas possibilidades comerciais. Por um lado, as advertências de que o país seria invadido por uma avalanche de manufaturas brasileiras perderam a força. Em 1986, o comércio bilateral recuperou-se e aumentou de 1,0463 bilhão de dólares, do ano anterior, para 1,3174 bilhão. Enquanto esse comércio foi deficitário para a Argentina, em 1985, em cerca de 69,1 milhões de dólares, em

1986 obteve um saldo favorável de 52,4 milhões de dólares.³⁵

Entretanto, depois das eleições de novembro, o programa econômico brasileiro caiu, em seu conjunto. A balança de pagamentos deteriorou-se de maneira dramática. Naturalmente, com o serviço da dívida, houve outras razões para isso, mas, em geral, o fato deve-se menos ao incremento das importações que à retração das exportações. Deixando de lado que, nos três primeiros meses do ano, as exportações de produtos primários sempre sofrem uma retração sazonal, a crescente demanda interna também fez com que houvesse menos excedentes para a exportação. Sem dúvida, a razão decisiva foi que, depois das eleições de novembro, muitos exportadores reduziram suas operações para o exterior, com a esperança de que logo haveria uma desvalorização do cruzado.

Os excedentes do comércio exterior sofreram uma rápida retração de um mês a outro, caindo de cerca de 1 bilhão de dólares na média mensal nos últimos anos, até pouco mais de 100 milhões de dólares em janeiro de 1987. Daqui para a frente, o serviço da dívida externa absorveu as reservas de divisas do país e provocou sua rápida redução. Declarou-se uma moratória da dívida como reação e tomaram-se drásticas medidas administrativas para a limitação de impor-

tações. Em meados de abril, a CACEX retinha 3 bilhões de dólares em autorizações de guias de importação.³⁶

Naturalmente isso teve consequências negativas para a liberação comercial recentemente estabelecida com a Argentina. O Protocolo nº 1, com a lista conjunta, e o Protocolo nº 4, com as duas listas de preferências, entraram formalmente em vigor no dia 1º de janeiro, mas a concretização de sua implementação foi bloqueada.

Em primeiro lugar, lançou-se mão do argumento de que o trabalho de tradução não estava concluído; a seguir, e sem especificar razões, as autoridades de comércio exterior da CACEX negaram, aos importadores, as autorizações conveniadas na data do acordo. Enquanto isso se passava nos níveis inferior e médio da burocracia da CACEX, as negociações entre os governos, a nível de cúpula, não foram interrompidas e o clima político prosseguia sem perturbações. Os resultados não se fizeram esperar.

Já por meados de abril via-se que, embora de maneira vacilante, apesar da aguda falta de divisas e das restrições gerais à importação, se podia reconhecer, na manipulação das restrições não tarifárias da CACEX, uma evidente preferência pelas importações vindas da Argentina. Por isso, apesar de todas as dificuldades, pode-se prever que, es-

te ano, o volume total do comércio bilateral alcançará o nível de 1980, até agora o mais elevado.

Atualmente as negociações parecem concentrar-se na criação de um sistema comum de pagamentos.³⁷ Procura-se, dessa maneira, uma saída a *médio prazo* para superar as dificuldades presentes, para que no futuro a falta de divisas não represente nenhum obstáculo para o desenvolvimento das relações comerciais. Já se estabeleceu aumentar em abril os créditos recíprocos em moeda própria, de 200 a 400 milhões de dólares. Mas só se chegará a resultados definitivos depois da ocasião da próxima reunião de cúpula, em julho.

Com toda certeza será acordado que os excedentes comerciais resultantes serão liquidados não a cada quatro meses, mas depois de períodos mais prolongados, e que os créditos recíprocos também terão prazos mais extensos, de um ou até de dois anos.

Outra maneira de acabar a médio prazo com os estrangulamentos, quando respectivos mecanismos financiadores já não forem suficientes, estará incluída nos acordos a se realizarem em julho e dezembro. Nesses casos, a lista conjunta do Protocolo 1 deverá ser ampliada com novos produtos, com o quê se abrirá de modo complementar ao país deficitário (provavelmen-

te a Argentina) o acesso ao mercado do país com excedentes (provavelmente o Brasil).³⁸

Contudo (tais foram os cálculos brasileiros), em cerca de dois anos essa possibilidade de ampliar-se a lista com novos bens de investimento oferecidos pela Argentina de modo competitivo estaria esgotada.³⁹ O atoleiro surgido assim só poderia ser superado mediante um programa de investimentos conjuntos e de produção no setor de bens de capital. Mas, para isso é necessário um quadro jurídico que regule o estatuto das empresas binacionais que venham a ser criadas. Esse protocolo decisivo, que entre outras coisas deverá regulamentar a relação com o capital de procedência multinacional, ainda não pôde ser firmado. Dependendo de que seja ou não consumada a assinatura desse protocolo nas próximas reuniões de cúpula, é que se poderá avaliar em que medida as negociações continuam ou não progredindo.

A direção que, a *longo prazo*, tome o desenvolvimento das relações entre a Argentina e o Brasil depende de uma pluralidade de fatores de ordem nacional, regional e internacional. Entre os fatores a longo prazo está a luta pelas hegemonias no bloco ocidental. Sem a menor dúvida, a vontade dos dois governos de manter abertas determinadas opções desempenha importante

papel para o caso de um deslocamento e uma reordenação a longo prazo da política internacional. Se, em consequência dos processos de crise da política internacional, mantiver-se⁴⁰ ou, inclusive, fortalecer-se a tendência à constituição de grandes espaços econômicos regionais, mais ou menos aglutinados, então aumentará mais a virulência política das atuais tentativas de integração⁴¹.

Mas, ainda que não se chegue tão longe, ainda que – ao contrário – se dê uma nova liberalização às relações comerciais e econômicas internacionais, os dois países – se por dificuldades internas não fracassarem em suas tentativas de manter sob certo controle os desequilíbrios econômicos e sociais nas relações bilaterais – não estarão totalmente mal preparados para a anunciada rodada da nova partilha das posições de poder internacionais.⁴²

NOTAS

1. Para uma tipologia dos conflitos na América Latina, ver Wolf Grabendorf, "Tipología y potencial de conflictos en América Latina" em *Nueva Sociedad*, 59 (março-abril) 1982; para a Bacia do Prata ver D. Nohlen & M. Fernández, "Cooperación y conflicto en la Cuenca del Plata", em *Estudios Internacionales*, 14 (55) (julho-setembro) 1981.
2. Hélio Jaguaribe, "Brasil e Argentina – da rivalidade à cooperação", Rio de Janeiro 1987 (inédito), p. 4 e ss. Para

o período decisivo posterior a 1974, cf. Sonia de Camargo, "Brasil e Argentina – caminhos que se afastam e se aproximam", em S. de Camargo & J. M. Vázquez, *Argentina e Brasil, Uma Década de Política Exterior* (inédito a ser publicado pela Editora Conflúvio).

3. Luís Vianna Filho, *A Vida do Barão de Rio Branco*, Rio de Janeiro, 1959.
4. Veja-se o estado atual da questão geopolítica em Shiguenoli Miyamoto, "Militares e geopolítica na América Latina", São Paulo, 1987 (inédito), e John Child, "Geopolitical Thinking in Latin America", em *Latin America Research Review*, 2, 1979.
5. Cf. a viagem ao Brasil, no início de julho de 1985, de altos funcionários do Departamento de Estado norte-americano e suas declarações posteriores à imprensa, em Vivian Trias, *Imperialismo y Geopolítica en América Latina*, Buenos Aires, 1973, p. 85 e ss.
6. A partir de 1976, o embaixador argentino no Brasil, Oscar Camillion, pessoa próxima ao "desenvolvimentismo", desempenhou um papel decisivo. Camillion teve de lutar em duas frentes – a interna, contra os militares que o haviam nomeado, mas para quem ele ia longe demais em sua política de distensão, e a externa, contra a diplomacia brasileira do ministro Azeredo da Silveira, que tentava colocar obstáculos às negociações de Itaipu. Com a mudança presidencial de Geisel para Figueredo, e com o novo ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, é que as negociações puderam chegar a bom termo.
7. Gerd Kohlhepp, *Itaipu, Geopolitische und energiewirtschaftliche Rahmenbedingungen – sozioökonomische und ökologische Folgen von Grosskraftwerk und Stausee Itaipú am Rio Paraná (Brasilien/Paraguay)*, Tübingen (junho), 1985, e Maria Regina Soares de Lima, "The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu", Nashville, Tennessee (agosto), 1986 (tese de doutorado).

8. Banco do Brasil, *Brasil 1985, Comércio Exterior*, série estatística, p. 84 e ss.
9. Estes dados são provenientes de Wayne Selcher, *Brazilian-Argentine Relations in the 1980s. From Wary Rivalry towards Friendly Competition*, Albuquerque, Novo México 1985; versão em português em *Política e Estratégia*, Vol. III, 1 (janeiro-março) 1985, p. 120.
10. Banco do Brasil, *idem*.
11. Entre as restrições não tarifárias mais importantes conta-se a contestação ou delonga de autorizações de importação de parte da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e o imposto de 12,5% para as operações financeiras (IOF). Uma lista completa destes mecanismos nos dois países está em M. Hirst & M. Lengyel, *Las Relaciones Comerciales Argentino-Brasileiras: 1975-1985*, Buenos Aires 1986, p. 98 e ss.
12. *Jornal do Brasil*, 3/5/82.
13. Banco do Brasil, *ibidem*, de 1981 a 1985.
14. *Ididem*.
15. *Ididem*, 1983.
16. Tancredo Neves foi eleito no dia 15/1/85. No dia 15 de março de 1985 não pôde participar das cerimônias de posse do governo porque já estava doente. Nessa ocasião foi substituído pelo vice-presidente José Sarney, que finalmente assumiu a Presidência depois da morte de Tancredo, em abril.
17. O AAP caducou no dia 30/6/85 com as listas das preferências comerciais bilaterais entre a Argentina e o Brasil, válidas dentro do quadro da ALADI.
18. M. Hirst & M. Lengyel, "Brasil: Las Relaciones con Argentina", em *América Latina Internacional*, 6 (outubro-dezembro) 1985.
19. Carlos Bruno, "Los protocolos de integración con Brasil", *FFE*, Buenos Aires, 1987.
20. Alexander Schubert, *Die Internationale Verschuldung*, Frankfurt, 1985.
21. Certamente isto se refere aos estratos inferiores da escala de salários. Quanto mais alta a hierarquia do pessoal, mais aumentam os custos do lado brasileiro.

CUSTOS DE PESSOAL Argentina Brasil
(em dólares)

Pessoal de alta		
hierarquia	2.150	2.600
Pessoal de alta		
hierarquia técnica	670	920
Operários especializados	440	560
SALÁRIOS (em dólares)		
Média na indústria	350	290
Operários da indústria		
não espec.	360	150
Operários da construção	170	130
Salário mínimo	110	85

(segundo cálculos de La Razón, 7/12/86)

22. Naturalmente isto perdeu a validade depois da mudança do ministro da Fazenda Funaro, no Brasil. Contudo, não parece provável a modificação fundamental das relações de cooperação com a Argentina que atualmente estão em curso.
23. Cf. a discussão sobre o subimperialismo e "potências emergentes" nas décadas de 60 e 70, e a maneira como se delineia hoje o problema teórico sobre as análises de perda de hegemonia norte-americana, em Maria Regina Soares de Lima, *idem*, pp. 9-33.
24. *América Latina/Internacional*, FLACSO, Buenos Aires, Vol. 3, nº 10 (outubro-dezembro), 1986.
25. *La Razón*, Buenos Aires, 9/12/86.
26. Estes dados e estas reflexões são provenientes de um estudo ainda não concluído no Departamento da América Latina do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
27. Leopoldo Mármora, "La posición de los sindicatos en la democracia actual", contribuição para o colóquio "La Argentina Democrática", Mainz, de 24 a 26/11/86 (inédito).
28. Pode ver-se até que ponto a discussão pública sobre os riscos da energia atômica é deficiente na Argentina através do caso de um sério defeito na central nuclear de Embalse (caso conhecido por sua publicação

- em *Der Spiegel* que não foi noticiado nem comentado na imprensa argentina — nem mesmo na crítica. Uma exceção foi o estudo de Marisa Arienza para a Fundación Universidad para la Paz, em que se questionam aspectos militares e de tecnologia nuclear do acordo entre a Argentina e o Brasil — “Los acuerdos de integración con Brasil: percepciones políticas”, Buenos Aires, 1987.
29. Nossa informação é de meados de abril de 1987; para a próxima reunião de cúpula em agosto prepara-se um novo projeto de protocolo.
 30. A Argentina possui uma fábrica de processamento e uma fábrica enriquecedora de urânio, construída em segredo — ambas com alta porcentagem de tecnologia própria, embora muito mais cara.
 31. Até a presente data a Argentina não permitiu um controle total de sua atividade nuclear de parte da Agência Internacional de Energia Atômica, dominada pelas nações industrializadas. O argumento — a meu ver, justificado — é que, no que pesem os tratados internacionais vigentes, não se tomou nenhuma medida eficaz para a redução do potencial nuclear das grandes potências.
 32. Além do Conselho de Segurança Nacional, os militares contam com cinco ministérios sob seu controle direto. Nos tratos com a Argentina sobre as questões nucleares, esteve sempre presente um representante do CSN.
 33. Assim entende o especialista do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, coronel Geraldo Lesbat Cavagnari. De parte da Argentina, ao contrário, a situação dentro das Forças Armadas em geral e em seu relacionamento com o Brasil é muito mais indefinida: O espectro das posições possíveis oscila entre o reconhecimento da superioridade estratégica do Brasil, a disposição à cooperação e a tradicional rivalidade.
 34. Sobre o papel da agricultura no modelo de acumulação brasileiro, ver Thomas Hurtienne, “Fordismus, Entwicklungstheorie und Dritte Welt”, em *Peripherie* 22/23, pp. 98-105.
 35. Este são dos dados provisórios do INDEC argentino de 11/3/87. Até este momento não se haviam registrado todos os dados de exportação da alfândega, de maneira que o volume comercial total e, em especial, o excedente argentino serão mais altos.
 36. Clarice Pechmann no *Jornal do Comércio*, 5-6/5/87.
 37. No quadro da ALADI já se testaram e discutiram ultimamente diversas propostas para a criação de mecanismo de pagamento alternativos. Cf. ALADI/CAFM/VII/di 3, Montevideu, 10/9/84.
 38. Oscar Camilion, que não é um cético, talvez tenha razão quando extrai um certo ceticismo do reduzido número de artigos incluídos na lista conjunta e prognostica um rápido estrangulamento, que só poderia ser superado mediante a ampliação desta lista. Cf. sua colaboração no número de maio da revista *Integración Latinoamericana*, publicada em Buenos Aires pelo INTAL.
 39. Ao contrário, os técnicos argentinos calculam que a produtividade brasileira mais elevada limita-se aos bens de capital para produção em grandes escalas. Eles centralizam suas esperanças (a meu ver com excesso de otimismo) no efeito das exportações argentinas de bens de capital para aplicação em séries de produção mais curtas.
 40. Esta tese é sustentada por José Miguel Insulza, “Tendências do sistema internacional: notas para uma discussão”, em C. Plastino & R. Bouzas, *A América Latina e a Crise Internacional*, Rio de Janeiro, 1985.
 41. Um estudo do Weltwirtschaftsinstitut de Kiel, realizado por encomenda do BMZ, passa por alto justamente esta tendência — v. Federico Foders, *Handelspolitik und weltwirtschaftliche Integration von Entwicklungslandern. Das Beispiel Argentinien, Brasiliens und Jamaikas*, Munique-Colônia-Londres 1987. Sem fundamentar a suposição ou a esperança de que as nações industriais irão renunciar a suas práticas protecionistas, recomenda-se que a Argentina e o Brasil prescindam de negócios compensa-

dores regionais e de conversações bilaterais, dando preferência a uma integração econômica no mercado mundial.

42. Esta posição é sustentada por Hélio

Jaguaribe em *Brasil na Virada do Século*, Brasília, 1986, pp. 107-213, e em "Brasil e Argentina - da rivalidade à cooperação", Rio de Janeiro, 1987 (inédito).

LEOPOLDO MÁRMORA, argentino, é professor e pesquisador em Ciências Políticas no Lateinamerika-Institut da Universidade Livre de Berlim.

Este trabalho baseia-se em conversas com empresários e funcionários do governo e também em dados reunidos em duas viagens de estudo à Argentina e ao Brasil (1986 e 1987), financiadas pela DFG. É parte de um projeto maior sobre a "Regulamentação política na 'grande' crise", desenvolvido na ULB, e constitui a introdução de um trabalho de habilitação que o autor prepara no Instituto Otto-Suhr.

ITAPARICA - MAIS ENERGIA PARA O NORDESTE



A entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Itaparica permitiu ao Nordeste encerrar o racionamento de energia elétrica que afetou a Região, em 1987 e início de 1988, e garantirá, junto com outras obras de menor porte, o abastecimento do Nordeste até o final de 1993, quando a Chesf deverá colocar em operação a Hidrelétrica de Xingó. Itaparica, que está hoje com três máquinas funcionando - as outras três, completando a primeira etapa da Usina, entram ainda este ano -, terá uma capacidade final instalada de 2.500 megawatts. Para a formação do reservatório, numa área de 834 quilômetros quadrados, a Chesf promoveu a relocação de aproximadamente 40 mil pessoas, construiu quatro novas sedes municipais, 125 agrovilas, 100 piscigranjas, 85 escolas de 1º e 2º graus, 25 unidades de saúde, 6.000 unidades residenciais e serão irrigados cerca de 20 mil hectares.